

PAIVA, José Pedro (coordenação científica) – *História da Diocese de Viseu*. Ed. Diocese de Viseu-Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, vol. 1-3, ISBN 978-989-98269-1-5, 1989 pp.

A celebração do Jubileu dos 500 anos da dedicação da atual catedral de Viseu e o encerramento de um Sínodo Diocesano foram os dois pontos de partida para «encomendar» uma obra científica ambiciosa: escrever a História da Diocese de Viseu desde o século VI até ao XX. Um projeto com essas balizas plurisseculares é, sem dúvida, ambicioso. Um desafio inovador, a que dá resposta a volumosa trilogia concretizada ao longo de seis anos, a partir de uma ideia do bispo D. Ilídio Pinto Leandro (2006-2016), realizada, concretamente, por uma equipa de 14 historiadores, especialistas de diversas áreas e períodos, coordenados pelo experiente Professor Doutor José Pedro Paiva. Talvez não seja necessário relembrar a grande produção do historiador conimbricense, com projetos ou livros editados como autor (*Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)* (Coimbra, 2006); *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)* (Coimbra, 2011); *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)* com Giuseppe Marcocci, Lisboa, 2013), coordenador (*Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (Lisboa, 2002-2012), *O concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas. Olhares Novos*, com António Camões Gouveia, David Sampaio (Lisboa, 2014)) ou colaborando em monumentais obras com projeção internacional (*Dicionário de História Religiosa de Portugal e a História Religiosa de Portugal* (coord. Carlos Moreira de Azevedo) (Lisboa, 2000); *Dizionario Storico dell'Inquisizione*, (dir. Adriano Prosperi, Pisa, 2010). Talvez seja supérfluo acrescentar que o Professor Doutor José Pedro de Matos Paiva é membro de unidades de investigação como o Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC, sediado na Universidade de Coimbra) e o Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR, sediado na Universidade Católica Portuguesa de Lisboa) e que atualmente é Diretor do Arquivo da Universidade de Coimbra e Diretor da Faculdade de Letras da mesma Universidade. Contudo, são elementos curriculares que corroboram as linhas de força em que assentam os três volumes publicados, cuja qualidade está fundada numa inteligente escolha de colaboradores, num sólido acervo bibliográfico-documental, assim como na recuperação do paradigma humanístico, de liberdade intelectual e investigativa, ultrapassando as historiografias nacionais ou de âmbito reduzido.

É esta a sensação que se experimenta percorrendo as páginas dos pesados volumes, seguindo a dedo os índices da obra e outros aparatos extratextuais

como o episcopologio viseense, as listas de dignidades do cabido, os fundos arquivísticos manuscritos, as bibliografias referenciadas, e, ainda, os índices onomásticos ou toponomásticos, dos mapas, das ilustrações (pp. 573-714, v.3). A elegante coletânea editada em 2016, numa fecunda parceria entre a Imprensa da Universidade de Coimbra e a Diocese de Viseu, é o resultado de uma invulgar «germinação»: encomendada pela autoridade principal da Igreja viseense, foi levada a cabo por uma equipa de investigadores e investigadoras afiliados a múltiplas unidades científicas portuguesas. Uma equipa de leigos nem sempre naturais da circunscrição diocesana beirão e sem vínculos institucionais com ela. Também por isso, os três volumes são inovadores, contrariando, por um lado, a tendência apologética e fortemente clericalizada seguida ainda nas últimas décadas neste tipo de estudos em muitos países europeus de vincada marca cristã como Espanha, França e Itália (pp. 13-15, v. 1). Por outro lado, esta obra é inovadora pelo modo como permite desbravar percursos inéditos, caminhos de investigação alternativos às linhas eruditas, mas nem sempre documentadas, problematizantes e interconectadas, que cercavam a plurissecular história desse vívido núcleo diocesano no interior da península com projeção atlântica.

À luz dessas premissas, é possível sugerir a ideia de que a última circunscrição diocesana portuguesa se torna na primeira Igreja a contar com um testemunho historiográfico de novo e bom cunho. Uma sugestão feita a partir duma ordem não só meramente alfabética na malha diocesana ibérica, mas também considerando os espaços ultramarinos. A história “religiosa” da diocese de Viseu – «religiosa» no sentido de quanto justamente explicita o coordenador (p. 15, v. 1) – constitui uma pedra de toque da produção científica deste novo milénio, pretendendo aliciar não só exigentes públicos académicos, mas também os cultores e leitores mais diversos ou distantes desse centro diocesano. Cravado na região da Beira Alta, sujeito à metrópole de Braga, o bispado de Viseu estendeu as suas frágeis fronteiras na vizinha circunscrição de Salamanca na época alto medieval, durante o período das monarquias sueva e visigoda (pp. 26-28; 433-436, v.1), mantendo, sobretudo com Coimbra, um limiar de extensa continuidade jurídica, patrimonial e cultural ao longo dos séculos. Conforme evidencia a documentação manejada e colacionada – vestígios lamentavelmente nem sempre abundantes (p. 61, v. 1) –, no século XII foi forte a influência dos cónegos regrantes de S. Agostinho, nomeadamente os de Santa Cruz, sobre os diocesanos viseenses, na captação de bens patrimoniais (pp. 299-305, v. 1). Por sua parte, a ligação cultural revelou-se muito mais intensa no tempo e sobre os indivíduos envolvidos, na medida em que, por um lado, a Universidade

constituía a instituição que permitia aceder aos títulos académicos, conforme os decretos tridentinos e da qual derivaram não só os prelados viseenses da época moderna (p. 204, v. 2), mas também os bispos escolhidos ainda no início do século XX (pp. 151-152, v. 3). Por outro lado, também para as dignidades do cabido a Universidade do Mondego representava um importante atrativo: para ocupar as conezias de específicos ofícios, era necessário ser licenciado ou doutor em Teologia ou Direito Canónico (pp. 242-243, v. 2).

A coletânea, estruturada em três volumes distribuídos por quase 2000 páginas, abraça um marco cronológico longuíssimo: começa no ano de 569 (quando se encontra a primeira menção escrita à diocese de Viseu no *Paroquial suevo* (572-582), p. 25, v.1), encerrando-se com as últimas décadas do século XX, concretamente no ano de 1974. Foi durante o episcopado de D. José Pedro da Silva (1965-1988) quando o Estado Novo chegou ao fim e se deu o nascimento da democracia política em Portugal; e foi com este prelado que as disposições conciliares do Vaticano II tiveram que ser postas em prática e concretizadas (pp. 150, 357, passim, v. 3).

Seguindo os testemunhos escritos, iconográficos e fotográficos, transcritos ou referenciados, e ainda reproduzidos ao longo dos textos, bem como em secções específicas como no caso dos documentos iconográficos ou de outros «objetos testemunhos» (nº 39, v. 1; nº 100, v. 2; nº 65, v. 3, formando um total de 204 ilustrações que acompanham os textos, às quais se acrescentam outras 86 ilustrações extratexto a cores), a Igreja de Viseu e o seu território foram simultaneamente um bispado «intermédio», «inferior» e «superior» no quadro da rede diocesana portuguesa (pp. 10, 21-136, v. 1; 5-126, v. 2; 5-73, v. 3). Tudo isto considerando parâmetros como os seguintes: extensão territorial, importância estratégica, população, riqueza económica, artística, prestígio institucional da sua elite episcopal e eclesiástica, das ordens militares ou religiosas, de outras instâncias assistenciais e que atuavam em vários campos. Para muscular esse *corpus* cronológico, geográfico, político, social, cultural e estético, os autores dos 16 capítulos procuraram convergir num eixo central de análise, investigando estruturas institucionais masculinas e femininas, recursos materiais ou humanos, dinâmicas políticas, configurações tangíveis e simbólicas. Configurações estas que moldaram ou vivificaram as consciências individuais e coletivas, as formas de espiritualidade das elites eclesiásticas e das populações viseenses ou de quantos tiveram contactos com este território caracterizado por um padrão de fluida rigidez.

Evidente na orografia granítica da paisagem, esse delineamento telúrico

«granítico» combina-se com as fronteiras líquidas da diocese, desenhadas pela rede hidrográfica: «Na região ocidental, mais acidentada, foi sobretudo a orografia que estabeleceu as fronteiras. Na parte oriental, mais plana e lisa, acabou por ser a hidrografia a delimitar o território» (p. 50, v. 1). Esses traços naturais deixaram fortes marcas identitárias, visíveis ainda hoje nas monumentais obras do pintor Vasco Fernandes, datadas do primeiro quartel do século XVI. O genial artista é indissociável deste universo cósmico do qual faz parte o antropológico e o sagrado, e não é por acaso que lhe são dedicadas muitas páginas, bem como a autoria da pintura escolhida como imagem da capa do volume 2. Com outras obras encomendadas pelos poderes episcopais ou de outra origem, este retábulo constitui um preciosíssimo testemunho visual de um património histórico-cultural, jurisdicional e ambiental, não apenas lusitano, mas europeu. Também através desses documentos, que refletem, até, as novidades dos descobrimentos portugueses, se confirma quanto foi evidenciado na *Introdução* pelo coordenador, relativamente aos elementos geoclimáticos que tiveram profundas repercussões no modo de sentir e viver a religião, as suas estruturas físicas, as formas de representação e comunicação do seu sistema transcendente, assim como dos aspetos materiais e simbólicos da experiência religiosa no quotidiano (pp. 10-12, v. 1).

Distinguidos em 2016 pela Academia Portuguesa de História com o prémio «Lusitânia», os três volumes que aqui se apresentam correspondem a uma configuração especular. Com efeito, a visão ampla de cerca 15 séculos é interpretada e contextualizada cruzando lentes de distinta graduação, entre a micro-história e a escala global. Tampouco se descuidam novos conceitos historiográficos que questionam e valorizam as conexões entre territórios dispersos, heterogéneos por sociedades ou culturas, e que, apesar disso, são envolvidos numa coincidente ou unitária estrutura político-religiosa. Por exemplo, na reconstrução do episcopado viseense é considerado o *cursus* itinerante dos prelados estrangeiros. Ao contrário de outros centros diocesanos portugueses, Viseu constitui uma diocese que na época moderna contou com a presença de bispos oriundos de outros territórios, como foram Diego Ortiz de Vilhegas (1505-1519) e Richard Russel (1685-1693): respectivamente, um castelhano e um inglês, ambos escolhidos pela confiança régia e como recompensa dos elevados serviços prestados à coroa. Da mesma forma, são avançadas interessantes hipóteses e reconstruções que levam em consideração espaços amplos, dinâmicas políticas entre a micro e a macro escala, como no caso de uma figura imponente do episcopado viseense: D. Jorge de Ataíde (pp.

170-173, 348-360, v. 2). O prelado (1568-1578), formado em teologia na Universidade de Coimbra, participou na terceira fase do Concílio de Trento com um papel importante na elaboração de textos conciliares promovidos desde Roma. Escolhido aos 30 anos de idade para a Igreja de Viseu, antes de ter recebido o título episcopal foi capelão mor do cardeal D. Henrique. Contudo, teve que renunciar ao bispado e, nos primeiros anos do governo filipino, manteve-se muito próximo ao rei, interferindo na escolha de outros prelados portugueses. Capelão mor de Felipe II e inquisidor geral, o próprio rei pediu, em 1591, que o prelado fosse nomeado cardeal. O título nunca foi alcançado pelo zeloso bispo que, durante o seu governo viseense, «temperava o uso da força com a doçura da concórdia e da oferenda» (p. 357, v. 2).

Reconstruir identidades, analisar documentos de distinta natureza e finalidade, cartografar fenómenos, entender conflitualidades, explicar estruturas, permanências e dinâmicas internas ou externas ao cristianismo, ao catolicismo, em consonância com o que era impulsionado desde Roma – ou através de outras instâncias políticas, como a Coroa – foram e são imperativos constantes desta monumental obra de história. Um tríptico que se pode ler conforme andamentos longitudinais e cronologicamente extensos; bem como seguindo o percurso de homens ou estruturas institucionais, jurídicas, territoriais; ou ainda pulando entre sistemas cromáticos que refletem simultaneamente simbologias teológicas, litúrgicas sociais e cerimoniais. De facto é possível seguir a tripartição cronológica, entre séc. VI-1505, 1505-1819, 1820-1974, através da contribuição dos 14 historiadores: por um lado deixando-se guiar por quantos desenvolveram capítulos conspícuos dos grossos volumes; por outro, através de quantos distribuíram o seu percurso analítico por mais de um tomo. Estas duas vertentes da narrativa permitem trilhar uma «geografia dos afetos pátrios» – para retomar a reflexão do professor Fernando Catroga, *A geografia dos afectos pátrios. As reformas político-administrativas (sécs. XIX-XX)*, Almedina, Coimbra, 2013 –, uma vez que o polifónico discurso historiográfico é centrado sobre uma específica circunscrição diocesana, aprofundando o governo de territórios e populações para além da administração das coisas, e tendo em conta os sentimentos de pertença, as distintas ideias veiculadas aos vários níveis, desde a paróquia até um processo mais amplo do funcionamento da Igreja portuguesa. No primeiro caso, Catarina Tente, Mário Farelo e Paulo Almeida Fernandes, no volume 1, trataram da maioria dos 6 capítulos e subcapítulos (600 pp.), focados sobre séculos com escassos vestígios documentais que cobrem, *grosso modo*, o período desde a época sueva, com o bispo Remisol que participou

no II Concílio de Braga (572), até ao governo de D. Fernando Gonçalves de Miranda (1482-1505), cuja ação mecénática foi muito importante na catedral no início do século XVI. No volume 2 (682 pp.), repartido por 5 capítulos, João Nunes e José Pedro Paiva debruçaram-se sobre a época pré e pós-tridentina, considerando entre os muitos assuntos a extraordinária e prolífica produção de constituições diocesanas verificada no período 1512-1748 (pp.129-130, v.2), numa baliza episcopal iniciada em 1505 com a escolha de D. Diego Ortiz de Vilhegas e finalizada em 1819, com o longuíssimo governo de D. Francisco Monteiro Pereira de Azevedo (1791-1819). Finalmente, no volume 3 (714 pp.), Sérgio Ribeiro Pinto, Jaime Ricardo Gouveia e José Pedro Paiva ocuparam-se dos últimos 156 anos, entre o episcopado de D. Francisco Alexandre Lobo (1820-1844) e o de D. José Pedro da Silva (1965-1988), considerando a presença congreganista, a oferta assistencial ou hospitalar assegurada na malha diocesana e aprofundando, ainda, momentos críticos como o terramoto social do processo de anticongreganismo – que determinou a extinção das ordens religiosas em Portugal em 1834 –, ou a ação laicizadora contra a qual tiveram que lidar os bispos (nomeadamente D. António Alves Ferreira) e as distintas comunidades viseenses nos anos que se seguiram à execução da Lei de Separação da Igreja do Estado, de 1911.

No segundo caso da distribuição textual, e seguindo a articulação definida pelo coordenador, também outros especialistas como Dalila Rodrigues, Maria Fátima Eusébio, Saul António Gomes, João Nunes e Hugo Ribeiro da Silva, atravessaram transversalmente tomos distintos, tratando etapas marcantes da diocese beirã em variadíssimos aspetos, seja artísticos, seja institucionais, seja patrimoniais do clero, do cabido, paroquial ou das ordens militares e religiosas. Quantitativamente menor, mas não menos interessante, a contribuição de Anísio Miguel de Sousa Saraiva, Maria de Lurdes Rosa e Carlos Alves, centrada noutros tópicos como arquitetura e urbanística, percursos historiográfico-documentais, assistência e festas religiosas entre os séculos XV-XIX, prescrições e sufrágios fúnebres, sistemas de intercessão e memória.

Essas modalidades de leitura, de apropriação dos textos e das propostas interpretativas, são facilitadas pelo facto de cada volume se articular em cinco pontos. Os primeiros três apresentam a seguinte divisão: território, disposições normativas para o funcionamento diocesano, da vida da população eclesial e dos leigos, clero secular e regular, quer na estrutura urbana ou nas periféricas, quer nas configurações demográficas, sociais, culturais do episcopado, do clero paroquial e capitular, das ordens religiosas e militares, das congregações.

Os últimos dois pontos apresentam uma estratigrafia mais densa: os tópicos tratam fundamentalmente das relações entre os diferentes poderes do «campo religioso» – mutuando e experimentando a aliciente fórmula do sociólogo Pierre Bourdieu – verificando as interações na vida diocesana das distintas instâncias e autoridades, entre senhores e outras entidades da terra ou do Céu. Principia-se pelo episcopado e sua ação legislativa, pastoral, administrativa, caritativa, das quais é indissociável a mecânica. Ainda é tratada a atividade do cabido da Sé, dos seus membros e das formas de sociabilidade de serviço litúrgico, da administração e redes de influência. Outro aspeto forte deste núcleo corresponde à atenção dada ao clero paroquial e às ferramentas ao seu dispor. Finalmente, o último ponto trata dos aspetos mais próximos às formas de apropriação do religioso, quer dizer, evoluções e tendências artísticas, formas litúrgicas adotadas e veiculadas para a doutrinação dos fiéis; e ainda práticas sacramentais, de sociabilidade religiosa e outras configurações do «disciplinamento» do corpo, da alma de homens ou mulheres e, desde o berço até à cova, de comunidades inteiras. Tudo isso considerando o sentido religioso de atos essenciais da existência individual, da vida privada, numa perspetiva que considera as formas de espiritualidade interiorizadas e as da vivência exteriorizada publicamente. Seguindo esta linha investigativa, é possível ler a evolução do septenário sacramental através das etapas fortes da história diocesana viseense, muitas vezes seguindo as diretivas procedentes desde Braga, ou impulsionadas desde Roma. Uma evolução reconstruída através das constituições episcopais ou de outros documentos legislativos, através dos textos das visitas pastorais, mas também através de objetos litúrgicos necessários para a consumação do rito sacramental. Neste sentido, são eloquentes também as ilustrações que mostram um objeto fundamental para a correta administração do sacramento da confissão auricular como é o confessionário (p. 617, v. 2; p. 475, v. 3). Análogo interesse despertam as ilustrações relativas às pias batismais de diferente estilo artístico (p. 585, v. 1; p. 327, v. 2), ou a reprodução de uma fotografia, datada dos anos sessenta do século XX, que testemunha de maneira mais complexa a administração do primeiro sacramento de inclusão social (p. 519, v. 3).

É impossível dar conta neste breve espaço da profundidade interpretativa alcançada por cada texto, em muitos casos com uma abordagem antropológica. Um tríptico que se revela pujante, pelo modo como o seu desenvolvimento entrelaça cronologias políticas, diretrizes normativo-conciliares entre o diocesano e o ecuménico, gostos estéticos autóctones ou de outra origem, práticas sacramentais entre celebrações ritualizadas e interpretações bíblico-

teológico-doutriniais, abrindo inéditos confrontos e corajosas interpretações. Da minha parte, confesso que aprendi muito com a leitura e aprofundamento desta equilibrada organização sinóptica e dos perspicazes olhares que compõem a trilogia da História da Diocese de Viseu. Uma encomenda ambiciosa e de excelente cunho historiográfico que se recomenda vivamente, revelando-se um enredo labiríntico fascinante para quem pretenda conhecer a história identitária da diocese viseense e a herança afetiva que lhe está associada.

Paola Nestola

CHSC-UC

nestolap@gmail.com